

## CÔA: “FUNDAMENTALISMO” DO BETÃO?\*

por

Vítor Oliveira Jorge

Uma barragem leva muito tempo a projectar, envolve numerosos e alongados estudos e avultados investimentos e, naturalmente, interesses poderosos. Compreendemos assim, em princípio, que uma decisão política sobre a sua suspensão e eventual abandono não possa ser tomada de ânimo leve, nem seja fácil, psicologicamente, de admitir, sobretudo para quem vê nela o próprio símbolo do progresso. Assim tem acontecido com a barragem de Foz Côa.

Porém, estamos aqui, no Côa, perante um *caso excepcional a nível mundial*, pois afecta um património único, cujo potencial cultural e económico é absolutamente inédito. Em consequência, o caso requer também uma coragem política e uma *decisão excepcionais*, sustentadas numa opinião pública esclarecida. Tal decisão terá, a curto e médio prazo, certos custos materiais indiscutíveis, mas, a mais longo prazo, uma valência ética, cultural e sobretudo económica — e, consequentemente, política — também excepcionais.

É este ponto de vista (que não erigimos em dogma) que, há meses, tentamos explicar ao Governo, à Oposição, ao IPPAR e à EDP, às populações, aos jornalistas e aos estudantes, enfim, a todos os nossos interlocutores. Fazemo-lo na condição de cidadão que se julga consciente das suas responsabilidades cívicas, e de investigador de Arqueologia com 30 anos de prática, e não de “fundamentalista”, ecológico ou outro. Detestamos, aliás, qualquer tipo de fundamentalismo, radicalismo, ou dogmatismo, seja de que sentido for.

Mas, precisamente por isso, neste caso do Côa pensamos que mais vale parar já — desde logo para realizar estudos que vão ser necessariamente demorados,

---

\* Texto apresentado em conferência de imprensa realizada, em 27 de Março de 1995, na Faculdade de Letras da U. P., por ocasião da apresentação do vol. VII das Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular e do anúncio do IIº Congresso de Arqueologia Peninsular em Zamora (Setembro de 1996), e publicado no *Jornal de Notícias* de 18-04-95. Naquela sessão, em que igualmente se fez a apresentação de uma proposta de criação do Parque Arqueológico do Côa, participaram o Prof. Rodrigo de Balbín Behrmann, da Univ. de Alcalá de Henares, um dos secretários-gerais para Espanha do IIº Congresso, e os Drs. António Manuel Silva e Virgílio Correia, da Pró-APA.

mas que são perfeitamente conciliáveis com o começo do aproveitamento turístico da área — do que tarde demais, no interesse do bem comum.

Uma barragem não costuma gerar emprego local: segundo fomos informado, na do Pocinho trabalham actualmente c. de 4 pessoas.

Creemos (nomeadamente através de estudos feitos pelo Eng.º Nuno Ribeiro da Silva, ex-Secretário de Estado da Energia), que não estamos carecidos em energia eléctrica ao ponto da barragem de Foz Côa, em concreto, se nos tornar absolutamente imprescindível, tanto mais que há muitas outras barragens programadas ou em execução. Mas neste aspecto estamos abertos a todos os esclarecimentos que os técnicos da matéria, sem preconceitos, nos queiram prestar.

No dia 24 do corrente a Sr.ª Ministra do Ambiente veio declarar que nunca foi intenção do seu ministério utilizar a barragem do Côa para, por um sistema de transvases, abastecer a albufeira do Alqueva.

Se tal barragem não serve para produzir um significativo desenvolvimento local e regional, se não parece visar primordialmente a produção, em moldes rentáveis, de uma electricidade de que estivéssemos prementemente carecidos, se também não é para regar o Sul e atacar a seca, para que servirá? Como reservatório estratégico de água, no sentido de compensar as perdas hídricas do Douro, por via das acções espanholas nesse rio? Mas, neste caso, não haveria antes que negociar convenientemente com os nossos vizinhos uma política, digna, de partilha dos rios internacionais ibéricos, e não admitir factos consumados que ainda por cima iríamos tentar compensar com outros factos ainda mais gravosos, numa espiral de erros crescentemente detractores do nosso património ambiental e histórico-arqueológico?

Não estamos com estas palavras a pressupor que uma barragem como a de Foz Côa seria, em si mesma, uma inutilidade. Tal atitude, além de obviamente leviana, constituiria uma falta de respeito para com dezenas de técnicos capacitados que trabalharam durante muitos anos no seu planeamento, numa esfera de competência que não é a nossa. Estamos apenas a questionar a indispensabilidade absoluta que alguns lhe atribuem, tornando-a assunto quase intocável, para não dizer sagrado, só discutível por técnicos; se assim fosse, onde estaria o nosso direito de cidadania, que se baseia numa partilha da informação e no exercício do diálogo? Se erramos, que nos corrijam, com a mesma boa fé com que procuramos questionar publicamente o problema. Mas só podemos dialogar com interlocutores que também admitam *a priori* que podem cometer erros de apreciação em matérias que não são da sua competência, como é neste caso a da arte rupestre, ou do património histórico-cultural em geral, de um dos (ainda) mais belos rios portugueses. Queremos ser parceiros de um diálogo que só em clima de respeito mútuo e visando o interesse nacional se pode desenrolar. Diálogo que, não nos esqueçamos, tem por pano de fundo uma obra que, apesar de todas as recomendações,

teima em não parar.

No já citado dia 24 do corrente, o Sr. Primeiro Ministro afirmou publicamente que, desde a chegada do relatório dos especialistas da UNESCO (inícios do corrente mês) não tinham sido feitas adjudicações de novos contratos para o Côa. Tal declaração, a nosso ver demasiado geral para a importância do assunto em causa, gera de imediato as perguntas seguintes:

– Que contratos estão feitos neste preciso momento e quais os custos exactos dos trabalhos já realizados? O que é que, concreta e especificadamente, foi já adjudicado?

– Que outros contratos estão ou estavam previstos? O que é que falta adjudicar?

– Perante o avanço permanente (noite e dia, segundo somos informados) da obra por parte da EDP, e declarações desta empresa de que não tenciona parar tal obra (v. jornais de 25 do corrente), quando se irá dar a interrupção real, física, da mesma, já aconselhada pelos técnicos da UNESCO? Ou existirá aqui algum “fundamentalismo” — neste caso, do betão a todo o custo — que o não consente?

Note-se que apenas nos limitamos a perguntar, com o fim de um melhor esclarecimento do que *realmente* se passa, na assunção de que, num regime democrático, a circulação de informação é o próprio sangue que drena e vitaliza o sistema.

Não nos satisfazemos por isso com declarações de princípio, nem intenções de carácter geral. É óbvio que a EDP é poderosa, mas é o Governo do Prof. Cavaco Silva quem, neste momento, governa o país, e é esse governo que está a ser acusado de “vandalismo” pela imprensa internacional e a ser alvo de apelos de especialistas de todo o mundo, para que trave o holocausto, ainda evitável, da destruição do património mundial do rio Côa. Isso afecta a imagem de todos os portugueses, de todos os universitários do nosso país — onde ninguém duvida de que há especialistas de alta qualidade — e da Arqueologia nacional e seus organismos de tutela.

Urge actuar, não por palavras, mas por actos. Já passou demasiado tempo.

*Porto, Março de 1995*